

UNIDADE DIDÁTICA XIV – O ORIENTE MÉDIO: OS CONFLITOS RELIGIOSOS E O EQUILÍBRIO DO PODER MUNDIAL

1. O MUNDO ÁRABE E A DESCOLONIZAÇÃO EUROPEIA NO ORIENTE MÉDIO

O fim da Segunda Guerra Mundial devastou e desgastou completamente os antigos poderes coloniais europeus. Apesar da frágil situação, alguns países ainda buscaram manter seus impérios coloniais, criando problemas políticos e econômicos ainda maiores.

O Oriente Médio estava basicamente dividido entre França e Grã-Bretanha, que passaram a controlar a região segundo mandatos concedidos pela Liga das Nações após a dissolução do Império Otomano, ao fim da Primeira Guerra Mundial. A área controlada pela Grã-Bretanha era o Mandato Britânico para a Palestina e a Transjordânia, que desde a década de 1880 tornou-se uma área problemática, com a constante migração judaica.

Os planos de descolonização levavam em consideração a criação de nações árabes, porém, sem perder a influência sobre elas. Diversas questões estavam em jogo, sendo a mais importante a questão do petróleo, devido ao consumo cada vez maior desse recurso pelas potências mundiais. Durante a Segunda Guerra, ferozes batalhas ocorreram na África do Norte entre o Eixo e os Aliados, pelo controle do Oriente Médio, e conseqüentemente, dos recursos da região.

No território controlado pela França, tornaram-se independentes a Síria e o Líbano, ao passo que no território britânico várias nações já eram independentes no papel, porém, ainda continuavam sobre controle inglês, como Iraque e Egito. Da retirada britânica do Oriente Médio, surgiu a Jordânia e Israel, que travou guerra contra todos os países árabes vizinhos, vencendo e conquistando sua independência.

O plano da ONU para a região previa a criação de um Estado Palestino, porém com o cenário dado após a criação do Estado de Israel, tal demanda não se processou até os dias atuais, com sucessivas crises regionais, que causam instabilidade e trespasam fronteiras, deixando em permanente tensão tal região, de grande importância estratégica na conjuntura atual.

2. O NACIONALISMO LAICO NO ORIENTE MÉDIO

A ascensão do Estado-Nação nos países árabes caracterizou-se por um intenso debate sobre as opções a serem adotadas pelas novas nações. No caso do Oriente Médio, assim como nas regiões onde o islã é adotado, não há separação da religião e da política. Portanto, um Estado islâmico seria aquele onde Igreja e Estado estão unidos.

Porém, com as derrotas e imposições coloniais realizadas pelas potências europeias, diversos intelectuais, militares e outras figuras do mundo muçulmano passaram a advogar a adoção de um Estado Laico nos moldes ocidentais, visando modernizar seus países, vendo no nacionalismo laico o caminho para o progresso e a não-dependência frente às potências mundiais. Os casos de Turquia, Egito, Síria e Iraque são demonstrações da laicização em seus Estados.

O nacionalismo laico foi adotado na Turquia ao final da Primeira Guerra Mundial, com o fim do Império Turco-Otomano. Com o desmembramento do império, logo surgiu o Movimento Nacional Turco, que desejava se livrar das consequências da derrota e recuperar a soberania sobre seu território. Esse movimento esteve sob a liderança de Mustafá Kemal Atatürk, que conduziu as campanhas na Guerra de Independência da Turquia, batendo armênios, franceses e gregos e conquistando a emancipação do país, que se tornou a República da Turquia.

A nação fundada por Atatürk tinha um forte componente secular, e sofreu uma série de reformas, que visavam gerar um novo Estado na região. A fundação da República e a transformação da Grande Assembleia Nacional Turca em Parlamento vieram a acabar com o califado, que havia surgido com o fim do sultanato, com a derrota na guerra. As reformas se deram em todos os campos da vida na Turquia. Atatürk trabalhou sem descansar e conduziu o projeto de modernização junto com o seu recém-fundado partido, o Partido Republicano do Povo, que se guiava pela ideologia de Atatürk, composta de seis ideais e chamada “Seis Flechas” ou “kemalismo”: republicanismo, nacionalismo, populismo, estadismo, secularismo e o revolucionarismo.

A capital da nação deixa de ser Istambul e torna-se Ancara, no interior. Tal movimento é acompanhado de uma valorização dos “valores turcos”, em contrapartida aos “valores estrangeiros” que atrasariam o país, no caso, especialmente os costumes árabes, principalmente os religiosos. O turco passa a ser a língua nacional, com um alfabeto próprio e latinizado, gerando grande descontentamento entre o antigo clero otomano, que deixa de ser parte do Estado, assim como deixa de cuidar da educação e da justiça, pois são fechados os tribunais religiosos. Ordens religiosas foram fechadas ou desapareceram, dado seu passado de envolvimento na política, inadmissível para o kemalismo.

A educação passa a ser laica, pública e universal, visando à transformação de toda a população, de súditos otomanos em plenos cidadãos turcos, seguindo os moldes da educação europeia e norte-americana, com a unificação do currículo em todas as escolas e a criação do Ministério da Educação Nacional, que centralizava e regulava as ações do Estado na educação.

O Estado também se tornou presente na economia, dando impulso a um forte movimento de industrialização, além de dinamizar a agricultura, pois o pressuposto das reformas de Atatürk era a busca da autossuficiência da nação, nos campos político, militar e econômico.

As reformas também deram mais liberdade às mulheres, tendo acesso à educação pública e normas mais liberais para se conduzirem na vida cotidiana, inclusive podendo não utilizar o véu sobre a cabeça, exemplo dado pela própria primeira-dama, esposa de Atatürk. Tal coisa deu-se no contexto em que este também incentivava os turcos a utilizarem roupas europeias, abandonando as vestes tradicionais do Oriente Médio, para romper com o que ele considerava “primitivo”.

A Turquia rapidamente modernizou-se graças aos esforços de Atatürk, que mudou uma nação como poucos fizeram na história. Sua iniciativa deu força ao país, que se encontrou como uma potência regional, reconhecida pelo mundo como exemplo de país determinado a suplantar as consequências da derrota e não se sujeitou a vontade das potências vencedoras.

O Egito havia se tornado independente em 1922. Porém, ainda era ocupado por forças britânicas que tratavam o país como colônia. Em 1936, um tratado reconhecia a

independência de fato e estabelecia uma aliança perpétua com a Grã-Bretanha, que manteria tropas somente na região do Canal de Suez, indispensável para manter a comunicação entre as regiões do império colonial britânico. No entanto, a tensão aumenta e os ataques a estrangeiros e a luta política geram uma tensão que só será controlada com a presença de um grande número de tropas britânicas, que travavam a luta contra os países do Eixo na África do Norte, durante a Segunda Guerra.

Ao final da guerra, negociações são entabuladas para resolver a questão da retirada de tropas britânicas e resolver a questão do Sudão, mas fracassam e a monarquia egípcia denuncia o Tratado de 1936, e o rei é aclamado “Rei do Egito e Sudão”. As tensões continuam e o surgir de grupos radicais pioram a situação política. Uma guerra de guerrilhas é empreendida principalmente pela Irmandade Muçulmana contra as tropas inglesas, que conseguem reagir e enfraquecer o movimento. Em meio a um quadro de caos, a monarquia é deposta em 1952 pelo Movimento dos Oficiais Livres, liderados pelo Chefe do Estado-Maior do Exército Egípcio, General Naguib, que contava entre os conspiradores, os tenentes-coronéis Gamal Abdel Nasser e Anwar Sadat.

A Revolução de 1952 é conduzida por oficiais do Exército que tinham um sério projeto de país. Desejavam libertar-se da influência britânica, afirmar o Egito como potência nacional, e para isso visaram modernizar o país. O maior dos projetos e que acabou se tornando símbolo da revolução foi a Represa de Assua, que pretendia suprir a demanda energética egípcia, que era deficitária. A esse ponto, o General Naguib, que havia se tornado presidente, tentou concentrar poder e é deposto por Gamal Abdel Nasser, articulador da queda da monarquia, que se torna presidente e líder máximo revolucionário. Ele buscou empreender reformas e a projeção do Egito no mundo, ligando tais iniciativas a sua figura, criando o “nasserismo”.

O Egito revolucionário também deseja ser a liderança do mundo islâmico e logo no Cairo foi instalado o quartel-general da Liga Árabe, e o país se tornou um centro de propaganda pan-árabe, e não pan-islâmica, devido ao caráter laico da revolução. Grande ajuda será dada aos chefes guerrilheiros da África do Norte, que lutavam pela independência, especialmente a Frente de Libertação Nacional da Argélia, que travava luta contra os franceses.

O passo seguinte foi a intensa atividade diplomática com outras nações do Terceiro Mundo, resultando na criação do Movimento dos Países Não-Alinhados. Nasser conseguiu se erguer como uma importante liderança no mundo árabe com essa medida, especialmente depois da Conferência de Bandung (1955), e partidos de outros países árabes começaram a se espelhar nas políticas nasseristas visando à modernização de suas próprias nações.

Nasser, então, viu-se privado de recursos americanos, tanto econômicos quanto militares e fechou uma compra de armas com a Tchecoslováquia, para reequipar as Forças Armadas egípcias, que haviam sofrido baixas e perdas na guerra de 1948. Para recuperar recursos, conduziu uma jogada política perigosa: nacionalizou o Canal de Suez e logo deflagrou uma guerra com a Inglaterra, França e Israel, que invadiram o Egito e assumiram o controle da Península do Sinai e do Canal.

A ONU repudiou a invasão, bem como Estados Unidos e União Soviética, e foi aprovada resolução exigindo a retirada imediata das forças invasoras do território egípcio, desta forma Nasser conseguiu pela diplomacia a vitória que não lhe viria militarmente, pois suas forças estavam sendo vencidas pelos aliados anglo-franco-israelenses. A ONU enviou a Força de Emergência das Nações Unidas (FENU ou UNEF, em inglês), composta por tropas de dez países, incluindo o Brasil, que enviou soldados e dois dos comandantes da missão, generais Carlos Paiva Charles e Syseno Sarmento.

A ação da ONU e a retirada dos invasores foram fatos utilizados por Nasser como uma vitória sua e assim ela foi vista no mundo árabe. O estímulo ao pan-arabismo cresceu e o Estado avançou em todos os setores, nacionalizando bancos e empresas estrangeiras, estabelecendo um controle total estatal no campo econômico.

O nasserismo começa a ser marginalizado pelas potências ocidentais, em especial os EUA, e Nasser buscou apoio na URSS. Não interessava às potências ocidentais um país cuja filosofia política condenava o colonialismo, a espoliação e as ações arbitrárias realizadas principalmente pelos europeus. O declínio se dá após a fragorosa derrota na Guerra dos Seis Dias, quando Israel esmagou os exércitos egípcios com velocidade e habilidade ímpar. Nasser ameaça renunciar, mas o clamor popular o garante na presidência até sua morte em 1970.

Seu sucessor, Anwar Sadat, mudou muitas das políticas e ideias empreendidas durante o período de Nasser, deixando cada vez mais de lado o nasserismo, que foi perdendo espaço para diversas doutrinas políticas, incluindo-se aí a politização do Islã e os movimentos fundamentalistas. Sadat foi assassinado por radicais islâmicos infiltrados no Exército egípcio, durante uma parada militar em 1981.

A secularização também teve forte importância na vida política de Síria e Iraque, dois países em que se observaria a ação do Partido Baath, que também lutava pela modernização secular no Oriente Médio. Diferente do kemalismo, que buscava a modernização baseada em moldes europeus, ou o nasserismo, que estipulava a liderança do Terceiro Mundo contra os blocos de poder da Guerra Fria – e que apesar de sua retórica, contou com vultosos investimentos tanto dos Estados Unidos quanto da União Soviética, o baasismo visava a modernização por uma via também pan-árabe, porém recusando as influências do Islã político e do Ocidente ao mesmo tempo. Para o baasismo, os dois eram seus adversários políticos.

A palavra “baath” quer dizer em árabe “ressurreição” ou “renascimento”, que era a tônica do movimento político, que visava recuperar a grandeza do mundo árabe, que estaria perdida. A filosofia era muito influenciada pelo positivismo francês e o conceito alemão de “*Kulturnation*”, onde uma nação se constituía pela cultura comum de habitantes mais do que pelo território, portanto, o Baath buscava lutar pela consolidação de uma grande nação que incorporasse todos os povos árabes. Essas ideias vieram da Europa, onde os intelectuais baasistas haviam estudado e de muitos cristãos árabes, que compunham o partido. Junto a isso ainda havia a influência do fascismo e comunismo soviético, principalmente quanto aos seus aspectos populistas e autoritários.

O Partido Baath teve ramificações por todo o Oriente Médio, mas as correntes que atingiram maior notoriedade foram na Síria e Iraque. Cabe observar que apesar de pertencerem ao mesmo espectro político, pois compartilhavam das ideias do socialismo árabe e a inspiração marxista, forte divisão caracterizava as representações dos dois países, que se hostilizavam abertamente.

Na Síria, a atividade do partido durante os anos após a independência se deu por uma conquista de prestígio junto à população, embora não estivesse no poder. Em

dez anos, a Síria teve vinte governos e quatro constituições. A proximidade com oficiais militares aumentou a força das correntes radicais do partido, que visavam à tomada do poder por meios revolucionários, em oposição à presença cada vez maior do Partido Comunista.

Golpes de Estado se seguiram, sem que nenhum governo conseguisse se manter no poder. As facções políticas, aliadas aos militares, derrubavam governos em um quadro de caos e violência política, sendo que muitas vezes os golpes derrubavam correntes de um mesmo partido ou movimento para dar lugar aos radicais de seu grupo.

A força da liderança de Nasser no Egito, principalmente com sua popularidade após a Crise de Suez, fizeram com que articulações fossem ocorrendo entre Egito e Síria até a fusão dos dois países na República Árabe Unida. A união durou de 1958 a 1961, e fracassou devido à inépcia e arrogância da administração egípcia, que não levava em conta as opiniões emitidas por Damasco.

Um golpe veio a dissolver a união dos dois países em 1961. Na Síria, reinou a instabilidade política até março de 1963, quando um golpe civil-militar conduziu o partido Baath ao poder. Em 1966, novo golpe interno ocorreu no próprio partido e uma corrente socialista tomou o poder. A derrota e perda das Colinas de Golan para Israel na Guerra dos Seis Dias em 1967, enfraqueceram esse novo governo, enquanto duas correntes do partido se enfrentavam: a ala radical, ligada aos militares, e a ala moderada, encabeçada por políticos civis.

Em 1970, o líder da ala radical e ministro da Defesa sírio, general Hafez al-Assad derrubou o governo em um golpe militar e disciplinou o Partido, fazendo-o o único partido legal do regime, nos moldes dos partidos comunistas do bloco soviético. Toda a vida pública foi organizada em moldes ditados pelo Estado baasista de Assad, que lançou grandes reformas no país, com grande financiamento soviético tanto para a economia quanto para as Forças Armadas.

O secularismo promoveu o ensino público, além de garantir os direitos das minorias do país, como cristãos, drusos e alauis, minoria da qual o presidente Assad fazia parte. Também foram construídas estradas, represas e pontes, num esforço para prover a Síria de uma razoável infraestrutura.

No caso do Iraque, o Baath também se envolveu com os militares, e surgiu um

movimento que se intitulou “Oficiais Livres” à maneira dos militares egípcios, porém, diferenciando do Egito onde o rei foi deposto em uma revolução relativamente tranquila. No Iraque a deposição da monarquia foi especialmente brutal, com o rei e diversos membros da monarquia sendo fuzilados no palácio onde viviam e tendo seus corpos exibidos em público.

Tensões resultantes da luta pelo poder fizeram com o general Qasim, líder dos “Oficiais Livres” fosse assassinado em 1963 e um golpe militar apoiado pelo Baath tomou o poder, mas foi derrubado pouco tempo depois. Com a Guerra dos Seis Dias, o governo iraquiano foi enfraquecido e o Baath deu um novo golpe, empossando como presidente o general Ahmed Hasan al-Bakr.

O segundo em comando do regime era o secretário-geral do partido, Saddam Hussein, que era um veterano conspirador e político. Sua posição lhe consolidava como homem forte do regime. Pouco a pouco, sua habilidade de governar nos bastidores foi lhe tornando o governante de fato do Iraque, enquanto o general Bakr adoecia e ficava cada vez mais incapaz de exercer o cargo. Um ambicioso programa de reformas e modernização foi lançado, visando recuperar a economia iraquiana, que estava devastada com as sucessivas derrubadas de governo.

Bakr e Hussein instalaram no Iraque o sistema de partido único, tal como o modelo soviético, esmagando qualquer contestação política e lançando uma gigantesca rede de espionagem capaz de manter severa vigilância sobre a sociedade iraquiana. Com o total controle político do país, os dois puderam empreender as reformas planejadas, beneficiados pelo choque do petróleo de 1973, que aumentou os preços do insumo, aliado as nacionalizações da indústria petrolífera e negociações obtendo melhores contratos com as multinacionais petroleiras.

Em 1979, Bakr renunciou e Saddam assumiu a Presidência do Iraque. A renúncia de Bakr foi um movimento arquitetado por Saddam, que evitaria os tratados secretos que Bakr havia assinado com a Síria, para promover uma futura união dos dois países. Saddam sabia que com a figura do presidente da Síria Hafez al-Assad na questão, ele perderia todo o poder que havia conseguido, pois Assad seria o líder da união entre os dois países.

O fluxo de dinheiro para o Iraque foi tal que Saddam criou uma vasta rede de

ensino público, hospitais modernos, suporte as famílias dos militares e subsídios a fazendeiros, gerando um modelo de serviços públicos aos olhos das nações da região. As obras de infraestrutura geraram tanta oferta de empregos que estrangeiros emigraram para o Iraque para ocupar postos de trabalho. Todas essas medidas legitimavam aos olhos da população a ditadura de Saddam, e caso houvesse questionamentos, havia todo o aparato repressivo montado pelo Estado para o controle social.

Tanto na Síria quanto no Iraque, o regime do partido único gerou descontentamentos e protestos que muitas vezes foram brutalmente reprimidos, pois uma vez no poder, o Baath não via problemas em massacrar a oposição usando de todos os meios possíveis, desde leis autoritárias, expurgos e assassinatos. Hafez al-Assad e Saddam Hussein empregaram tais métodos durante sua luta pelo poder e deles se utilizaram para preservá-lo.

No Iraque, a máquina repressiva de Saddam contava com as Forças Armadas, o “Exército Popular”, a milícia paramilitar do Partido e o Mukhabarat, o Serviço de Inteligência do Iraque, caracterizando a total vigilância sobre o cidadão. A ação desse dispositivo chegou a se dar no exterior, com assassinatos de diversos opositores do regime no Oriente Médio e Europa.

3. A CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL, A QUESTÃO PALESTINA E O FUNDAMENTALISMO ISLÂMICO.

Uma das principais questões responsáveis pela instabilidade política no Oriente Médio foi a criação do Estado de Israel, em 1948. A ocupação do território por diversos povos e etnias criaram sempre questões problemáticas, aumentadas pelo caráter religioso, pois na Palestina encontram-se cidades e relíquias sagradas das três religiões mundiais: cristianismo, islamismo e judaísmo.

Em 1948, a terra era administrada pela Grã-Bretanha, que havia recebido um Mandato de Administração da Liga das Nações ao final da Primeira Guerra Mundial, devido à dissolução do Império Otomano. Os britânicos tiveram sérios problemas com o

fluxo cada vez maior de judeus, e a presença judia na Palestina, que se valia de contatos no exterior como a Federação Sionista, em Londres, para ter o apoio para a criação de um “Lar Nacional Judeu”, ideia nascida dos escritos de Theodor Herzl, pensador que defendia um Estado Judeu.

Tal pressão resultou na Declaração de Balfour, em 1916, onde o Secretário de Assuntos Exteriores do governo britânico, Arthur Balfour, declarava que a criação do Lar Nacional Judeu era vista favoravelmente pelos britânicos, desde que não prejudicasse os direitos civis e religiosos dos povos que viviam na região.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a pressão pela descolonização, a Grã-Bretanha iria se retirar da Palestina, assim que terminasse o Mandato. Os países árabes não aceitavam a resolução da ONU que partilhava a região e criava dois Estados, um palestino e um judeu, além de transformar Jerusalém em uma cidade neutra. A retirada britânica apresentava um cenário pronto para a guerra.

Em fevereiro de 1948 a Grã-Bretanha apoiou a anexação da Palestina pela Transjordânia, que havia se tornado independente em 1946. Para os judeus não havia opção pior. Sua liderança, encabeçada por David Ben Gurion, político pragmático que chefiava com habilidade o processo judeu, viu que deveria recorrer à guerra para conseguir garantir um futuro aos judeus na região.

Os combates estouraram em 14 de maio de 1948, com a declaração de independência de Israel. No dia seguinte, Egito, Iraque, Jordânia, Líbano, Síria e forças palestinas invadiram o território delimitado para ser o Estado Judeu, a partir do território delimitado para ser o Estado Palestino.

Com grande capacidade, os judeus conseguiram armas, equipamentos e desdobraram um efetivo em combate que suplantou os exércitos árabes, que tinham treinamento precário e equipamentos defasados. Em 20 de julho de 1949, cessaram as hostilidades. Os israelenses buscaram negociar os armistícios com os árabes sempre em separado, evitando a coesão dos árabes.

A vitória e criação de Israel resultaram em grandes tensões na região, com a violência se mantendo constante. De um lado, os países árabes não aceitavam o Estado Judeu enquanto que, de outro, os israelenses não visavam tanto negociar, por achar que tinham pouco a oferecer e por ainda se sentirem confiantes pela vitória que

tinham obtido sobre os inimigos.

As linhas desmilitarizadas demarcadas pelos armistícios não eram reconhecidas como fronteiras, tanto pela recusa árabe em aceitar a derrota quanto pela visão dos políticos israelenses de buscar a expansão territorial. Porém, no caso de Israel, o primeiro-ministro Ben Gurion tinha plena noção que era necessário povoar as áreas conquistadas para mantê-las.

A vitória de 1948 causou um profundo impacto na autoestima do povo judeu. Após um histórico de anos de perseguições e ainda o trauma maior do Holocausto, o povo judeu havia obtido algo sem precedentes e obteve um território para uma nação judia. Assim, as migrações de judeus de outras áreas para Israel aumentaram, e o governo incentivou bastante tais movimentos, dentro das necessidades preconizadas por Ben Gurion.

A intensa migração deu certo, e a população de Israel aumentou rapidamente, mais que dobrando de tamanho entre 1948 e 1958, sendo necessário abrigar colonos recém chegados em “cidades-tenda”, tal era a vaga migratória.

A falta de paz manteve-se. Durante toda a década de 1950, militantes árabes, principalmente palestinos que haviam sido expulsos ou fugiram de suas casas em 1948, passaram a atacar Israel, causando destruição e mortes, gerando um desgaste a essa época. As ações demonstravam a criação de uma resistência palestina, independente dos países árabes.

Fundamentalismo religioso é um movimento que prega o retorno aos princípios fundamentais da fundação de uma determinada religião. Refere-se a qualquer enclave religioso que intencionalmente resista à identificação com o grupo religioso majoritário do qual diverge, imputando a essa maioria críticas pelo desvio e corrupção pela adoção de princípios alternativos hostis ou contraditórios à identidade original. O fundamentalismo religioso se revela como fonte de intolerância, na qual o outro é analisado sob a ótica de ameaça, símbolo do mal, que pode fragilizar a verdade que o fundamentalista considera em seu discurso. Com suas críticas, os fundamentalistas objetivam atrair e converter os religiosos da comunidade maior, tentando convencê-los de que eles não estão experimentando a versão autêntica da religião professada. Ser

fundamentalista não implica, necessariamente, em ter atitudes extremas. Quem o faz é denominado extremista e não fundamentalista.

Com o final da Primeira Guerra Mundial, Grã-Bretanha e França firmaram um acordo secreto conhecido como Acordo Sykes-Picot. O tratado preconizava a divisão das áreas de influências franco-britânicas no Oriente Médio. Após o final da guerra, a Liga das Nações estabeleceu os mandatos franco-britânicos na região, em delimitações bem parecidas às do tratado.

A criação do Estado de Israel após o fim do Mandato Britânico da Palestina em 1948, gerou uma crise terrível no meio do Oriente Médio, que se deu com a fuga em massa de palestinos para os países árabes da região. Nos primeiros anos, a posição israelita foi muito dura com os palestinos. Não reconheciam os direitos dos palestinos, tratando todos os palestinos que protestavam como terroristas.

Para os israelitas, não havia necessidade de reconhecer os palestinos. Não os viam como povo, ator político ou nação. O problema dos refugiados, na visão dos judeus, era exclusivamente árabe, pois além de terem incentivado a retirada dos palestinos da área, os países árabes abrigaram os palestinos quando da fuga em massa.

De qualquer maneira, a criação do Estado Judeu não gerou apenas uma nação, mas duas: uma judia e uma palestina. Os palestinos tiveram que se organizar, tornar-se um povo articulado para poder lutar pelo direito a um Estado Palestino. Essas mudanças se deram em muito pela sua condição exilada em outros países, onde frequentando universidades e participando da vida pública nesses países, acabaram por desenvolver diversos movimentos para a luta contra os israelenses, mas também contra as elites árabes. Todos os grupos estavam fortemente influenciados por ideias de esquerda, sendo revolucionários em sua busca pelo poder e viam-se como promotores de uma revolução árabe que viria para mudar os países da região.

Um desses movimentos era o *Al Fatah* (“Vitória” ou “Conquista”) chefiado por palestinos que viveram no Egito e depois foram para o Kuwait, por não aceitar as tentativas nasseristas de submeter o movimento aos seus próprios interesses. Muitos desses palestinos viviam em Gaza ou tinham parentes na região. Seus líderes eram Abu Jihad, Abu Iyad e Yasser Arafat, o mais longo e importante chefe do movimento.

Diferente dos movimentos palestinos de Síria e Líbano, o Fatah era mais dedicado ao conflito armado com Israel do que implantar uma “revolução árabe socialista”.

Porém, o temor de abrigar movimentos palestinos armados e politizados em seus territórios fez com os países árabes tentassem controlá-los através da fundação, em 1964, da Organização pela Libertação da Palestina (OLP), que deveria coordenar os movimentos em sua luta. Porém, os primeiros anos foram ruins, uma vez que os grupos palestinos ignoravam a OLP, só vindo a se aproximar dela após o desastre político-militar de 1967 na Guerra dos Seis Dias.

Com as sucessivas derrotas no campo de batalha em guerras convencionais, os movimentos palestinos perceberam que, em razão dos poucos recursos que possuíam, somente poderiam lutar por meio de guerrilha contra Israel, atacando com surpresa, contundência e em qualquer lugar do território israelita.

As diversas facções palestinas foram sendo destruídas por ações israelenses ou árabes, quando intervinham na vida política desses países, ou então se amalgamavam e desapareciam. Porém, o Fatah mantinha-se forte, já que dificilmente se envolvia na vida política dos países hospedeiros. Isso lhe dava uma liberdade de movimentos que permitiu colocar a questão palestina na cena mundial, com sequestros de aviões e ataques a cidadãos israelenses. Em 1972 ocorreu a mais brutal ação, empreendida pelo grupo “Setembro Negro”, que capturou e assassinou onze atletas de Israel durante as Olimpíadas de Munique. Ações como essas repercutiram mal na opinião pública mundial e a melhora da capacidade dos serviços de inteligência de Israel, EUA e países europeus como Alemanha, Grã-Bretanha e Itália cessaram com a onda de ataques globais do movimento palestino.

O Fatah, que a esse momento assumiu a liderança da OLP, não deixou de realizar ataques na Palestina. Suas ações conseguiram fazer o que os países árabes não haviam conseguido: manter Israel em permanente alerta, pois além de dificilmente serem vencidos, moviam-se quando em desvantagem contra os israelenses: bastava recuar e atacar em outro ponto.

Nas últimas décadas, a causa palestina teve uma significativa explosão dos movimentos fundamentalistas, como o Hezbollah (“*Partido de Deus*”) e o Hamas (“*Movimento de Resistência Islâmica*”). Isso se deu em quase todos os países árabes,

onde o modelo de modernização secular e de estado laico, renegado pelo clero, estava fracassando. O clero foi retomando força e cada vez mais influenciava na vida política das nações, tomando o governo em alguns casos, como no Irã, em 1979.

Com governantes incompetentes ou ainda a má administração por parte das elites, as populações mais pobres, cada vez mais massacradas por impostos, falta de direitos e acesso a condições de vida básicas, acabaram por ceder à retórica fulminante dos fundamentalistas.

Tanto o Hamas quanto o Hezbollah cresceram espetacularmente no final dos anos 1980, obtendo uma força política sem precedentes. O Hamas foi, em 2006, eleito para compor a Autoridade Nacional Palestina, mas problemas sérios surgiram com o Fatah, e séria luta se seguiu, tendo o Hamas dominado a Faixa de Gaza e o Fatah a Cisjordânia. O Hamas não reconhece Israel, o que complica ainda mais o processo de paz estabelecido pelo Fatah, que tem negociado em busca da construção do Estado Palestino, lançando dúvidas sobre o futuro desse povo.

4. O OCIDENTE FRENTE AO ORIENTE MÉDIO

O Oriente Médio é hoje uma das regiões mais importantes do mundo, do ponto de vista estratégico. O principal recurso natural da região é o petróleo, e as maiores reservas mundiais do recurso encontram-se na região.

O crescimento econômico mundial do século XX baseou-se na oferta de energia barata até a década de 1970, quando os países produtores de petróleo geraram o primeiro choque do petróleo em 1973, aumentando seriamente o custo do desenvolvimento, atingindo todos os países, especialmente a Europa, o Japão, os EUA, e muitos outros, dentre eles o Brasil.

O segundo choque do petróleo ampliou a crise, e vale lembrar que um dos motivos alegados pelos países produtores foi a forma como Israel lidava com os palestinos, pois não reconhecia a OLP como entidade representativa de tal povo. Israel alimentou durante algum tempo a posição de que poderia devolver a Cisjordânia para a Jordânia, deixando a questão palestina nas mãos do Rei Hussein. Esse já havia sofrido

sérios problemas com os palestinos, quando os movimentos terroristas tomaram uma cidade da Jordânia, em setembro de 1971, no episódio conhecido como Setembro Negro, que deixou milhares de mortos.

Os aumentos de preço do petróleo não mudaram o panorama de seu uso no mundo, inclusive aumentando cada vez mais a demanda do recurso. Assim, a importância estratégica da região é cada vez maior, e as potências realizam contínuas intervenções, que acarretam em tensões cada vez maiores na região. Essas intervenções são muito capitalizadas pelos fundamentalistas religiosos, que se dizem defensores do Islã na luta contra os “infiéis”, que seriam os ocidentais. A invasão do Iraque em 2003 reforçou o uso de um termo que já era usado por fundamentalistas, mas ainda timidamente – “cruzados” – usado para descrever qualquer soldado ou agente ocidental que, segundo sua visão, estaria atacando a fé dos muçulmanos e impondo o domínio cristão sobre a região – uma visão que incentiva os ataques contínuos contra as tropas americanas e europeias no Iraque e Afeganistão.

As lutas que ocorrem no Oriente Médio também são extremamente fratricidas, com violentos embates entre muçulmanos xiitas e sunitas, que divergem em alguns pontos na interpretação do Islã, e acabam por gerar conflitos sangrentos entre minorias ou mesmo entre países. A Guerra Irã-Iraque é um exemplo disso, pois o Irã é dominado por um governo de influência xiita, ao tempo que Saddam Hussein era sunita, bem como a elite que dirigia o Iraque. O fator religioso pesou na hora da guerra, influenciando inclusive nas táticas utilizadas. O Irã lançou contra-ataques com grandes contingentes, em ondas suicidas para deter as forças iraquianas, que eram mais bem equipadas e treinadas. Isso gerou no Irã uma profunda revolta com os países ocidentais, que apoiaram pesadamente o Iraque, além do fato de serem chamados “mártires” todos os que morreram em combate.

A saída das forças americanas do Iraque e os conflitos sem solução aparente no Oriente Médio, aliados à dependência do petróleo pelas economias ocidentais, tornam a região um verdadeiro tabuleiro de um complexo e delicado jogo de interesses, cujos movimentos e resultados são ainda imprevisíveis.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARMSTRONG, Karen. A chegada do Ocidente. In:_____. **O Islã**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 193-245.

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a História**: História Geral e História do Brasil. 13. ed. São Paulo: Ática, 2007. 728 p.

GRINBERG, Keila. O mundo árabe e as guerras árabe-israelenses. In: REIS FILHO, Daniel Aarão *et alli* (orgs.). **O Século XX**: O tempo das dúvidas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 97-131.

LEWIS, Bernard. Descobrindo a América. In:_____. **A crise do Islã**: guerra santa e terror profano. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 72-85.

SCALERCIO, Márcio. A primeira guerra árabe-israelense: para os judeus a independência; para os palestinos o desastre. In:_____. **Oriente Médio**: uma análise reveladora sobre dois povos condenados a conviver. Rio de Janeiro: Campus, 2003. p. 44-73.

SCALERCIO, Márcio. Israel ganhou a guerra, mas perdeu a paz. In:_____. **Oriente Médio**: uma análise reveladora sobre dois povos condenados a conviver. Rio de Janeiro: Campus, 2003. p. 74-102.